

A polícia e o espelho da sociedade

Anderson M. de Castro e Silva*

João Trajano Sento-Sé**

Resumo

A partir da análise de depoimentos de policiais militares em oito grupos focais, o artigo demonstra os mecanismos pelos quais os agentes de segurança pública se reconhecem como vítimas de seus superiores hierárquicos, das elites políticas e da sociedade civil em geral. Sem negar a prática de corrupção, uso abusivo da força e a ataques por membros da corporação, os policiais constroem um discurso em que tais práticas seriam compreendidas como formas inevitáveis do *modus operandi* que são obrigados a encampar no exercício de sua profissão. Como hipótese teórica de fundo, o artigo sustenta que as formas discursivas que sustentam tal percepção constituem elementos básicos do que poderíamos chamar de uma cultura policial no Rio de Janeiro, com fortes consequências sobre as formas de atuação e os modos como esses profissionais vêem o mundo. Como desdobramento prático, tais representações aprofundariam as distâncias polícia/sociedade e funcionariam como reforço às resistências a mudanças no interior da instituição policial.

Palavras-chave

Estudos de polícia. Cultura e violência. Segurança pública.

Abstract

From the analysis of police officers' testimony in eight focal groups, the article shows the mechanisms for whereby the public security agents recognize themselves as victims of their hierarchical superiors, political elites and civil society in general. Without denying the corruption and the abusive use of force by members of the corporation, the police officers develop a speech in which those practices are understood as inevitable ways of the *modus*

* Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Sociais da UERJ. E-mail: guaratibano@gmail.com .

** Doutor em ciência política, professor do Departamento de Ciências Sociais da UERJ e pesquisador do Laboratório de Análise da Violência (LAV) – UERJ. E-mail: joaotrajano@uol.com.br .

operandi they are obligated to do in the exercise of their function. As a theoretical background hypothesis, the article sustains that the discursive ways that support this perception constitute basic elements of what we could call a police culture in Rio de Janeiro, with strong impacts in the ways of acting and the way that these professionals see the world. As a practical unrolling, these representations would deepen the distance between police and society and function as reinforcement to the resistance to changes inside police institution.

Keywords

Policing studies. Culture and violence. Public safety.

Apresentação

Assim como se dá em outras partes do mundo, os estudos de polícia no Brasil têm um evidente marco reformador, apresentando com frequência a ambição de identificar os mecanismos que tornam essa instituição tão refratária a mudanças e a adequações a novas configurações sociais e políticas. Uma vez localizados tais mecanismos, seria plausível imaginar estratégias para sua remoção e o consequente aprimoramento das polícias tendo em vista a produção de determinados resultados previamente definidos como desejáveis.

Ainda que seja discutível o quanto as iniciativas voltadas para o entendimento das instituições policiais tiveram e têm tido êxito em sua dimensão normativa, é indiscutível que analiticamente os estudos que vão compor o campo têm contribuído pra os debates sobre segurança pública, além de, eventualmente, introduzirem alguns novos elementos para os estudos no campo da sociologia das organizações. No caso brasileiro, em particular, os estudos sobre polícia têm propiciado importantes insumos nas discussões em torno dos avanços e limites do processo de democratização do Estado brasileiro nos últimos anos do século XX e na primeira década do presente século.

O trabalho aqui apresentado tem a pretensão de somar-se a esse campo propondo uma análise sobre alguns aspectos do que poderíamos chamar de cultura policial no Rio de Janeiro. Mais especificamente, pretendemos explorar os modos pelos quais os profissionais da Polícia Militar do Rio de Janeiro lidam com a imagem pública que supõem ter, bem como a percepção

que imaginam ser dominante na sociedade fluminense acerca da instituição de que fazem parte. Acreditamos que a forma como os policiais se vêm através da imagem que supõem ter e a forma que lidam com esta última é elucidativo sobre os mecanismos pelos quais conferem sentido a seu trabalho e ao modo como operam.

Como é sabido, a visão dominante sobre as polícias no Rio de Janeiro não é das melhores. Elas são encaradas em linhas gerais como truculentas, corruptas e nada confiáveis. Nossa hipótese é de que ao abordarem a imagem pública da polícia e dos policiais, os profissionais da PM do Rio de Janeiro operam uma espécie de inversão simbólica pela qual rejeitam o papel de sujeitos de condutas violentas tornando-se vítimas de uma espécie de violência simbólica com a qual são penalizados por fazerem exatamente aquilo que deles se espera.

Em suas abordagens, os policiais não questionam ou negam qualquer uma das várias modalidades de conduta pelas quais são recorrentemente criticados (ineficiência, violência, discriminação, uso desproporcional da força, abuso de autoridade, etc.). Em lugar de negá-las ou refutá-las, os policiais as dimensionam num contexto em que tais práticas não somente são justificáveis, mas toleráveis, a despeito de eles próprios não as endossarem. Agem apenas como se espera que ela, a polícia, aja, uma vez que a corporação nada mais é, segundo eles, do que um espelho da sociedade em que está inserida. Desse modo, os policiais militares apresentam um instigante caso em que modos de ação se articulam retoricamente a modelos discursivos sobre as práticas “reais” de se fazer polícia no Rio de Janeiro.

Temos, então, um conjunto de performances retóricas que habitualmente assumidas acabam compondo um dos aspectos do que poderíamos chamar de uma cultura própria da polícia militar fluminense. Através dessas performances os profissionais de polícia definiriam a natureza de seu trabalho, o tipo de vínculo que guardam com a instituição e os padrões que orientam sua interação com a sociedade a que servem. Para nós, um dos elementos dessa performance é justamente o componente de tripla vitimização a que os profissionais de polícia estariam sujeitos: internamente, através de um tensionamento entre seus vínculos institucionais e o tratamento que recebem; funcionalmente, por seu lugar na divisão do trabalho do poder público e seus mecanismos de coerção; e externamente, no tensionamento entre o modo como se engajam à profissão e a recepção que julgam ter na esfera pública por parte da sociedade.

O material empírico a ser analisado foi extraído de oito grupos focais realizados com praças¹ de diferentes batalhões e unidades especiais localizadas no município de Rio de Janeiro. A discussão, portanto, se resume a percepções de policiais militares de baixas patentes e engajados em atividades de rua na ocasião da pesquisa (vale dizer, engajados em funções operacionais, para usar o jargão “nativo”)².

Cultura policial

A existência de uma subcultura policial pela qual os profissionais de polícia orientam suas ações e as justificam é um dos mais explorados e polêmicos campos de estudos sobre a polícia. Em resenha acerca do histórico de formação do campo, Westmarland (2008) sumariza algumas das principais contribuições para sua consolidação e um pequeno conjunto de traços culturais que se destacariam no conjunto apresentado. Tomando de empréstimo as formulações de Reiner acrescentando um ou outro elemento adicional, são listadas como supostas características “universais” da cultura policial: senso de missão, inclinação à suspeição, racismo, isolamento social combinado a um alto grau de solidariedade de grupo, tendência ao conservadorismo, ao machismo e uma grande propensão a uma lógica pragmática.

A definição acima sintetiza de forma geral as mais recorrentemente marcas apontadas pelos estudos sobre cultura policial. Seu perfil, contudo,

¹ A Polícia Militar conta com duas carreiras isoladas, praças (soldados, cabos, sargentos e suboficiais) e oficiais (tenentes, capitães, majores e coronéis). A dissociação de ambas as carreiras se dá logo no ingresso na corporação, que ocorre mediante a prestação de concurso público. Ocorrem, na verdade, dois processos: um para praças e outro para oficiais, como se tratassem de carreiras distintas (que é o que acaba ocorrendo na prática). Aqueles que ingressam como soldados somente conseguirão ascender ao quadro de oficiais se prestarem novo concurso público.

² Foram constituídos oito grupos focais, com média de dez participantes em cada um deles. Todos os encontros foram hospedados em uma sala de aulas no Quartel General da PMERJ, no centro do Rio. As praças que participaram dos grupos focais estavam agrupados por lotação profissional. Foram quatro sessões mistas, das quais participaram policiais de diferentes batalhões situados no município do Rio de Janeiro. Duas sessões contaram apenas com policiais dos Grupamentos de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE). Policiais do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CEFAP), O Batalhão de Operações Especiais (BOPE) e o Batalhão de Turismo foram reunidos em dois grupos focais.

suscita ao menos dois reparos. Em primeiro lugar, fica clara a tendência normativa revelada pelo caráter predominantemente negativo dos traços destacados. Tal tendência poderia revelar uma espécie de contaminação das análises pelas pretensões reformadoras de fundo, tão comuns nos estudos sobre polícia. Em segundo lugar, e mais importante, fica a dúvida se alguns ou mesmo todos esses traços seriam, isolados ou conjuntamente tomados, diferenciadores da cultura policial ou poderiam: 1. ser identificados como elementos de uma cultura social mais abrangente, manifestação de componentes observáveis difusamente na sociedade como um todo; 2. ser observados em outros grupos que não apenas as polícias. Caso a primeira suspeita se confirmasse, teríamos um evidente exemplo em que a dimensão normativa se sobrepõe e enviesada as ambições analíticas. No segundo caso, ficaria virtualmente falsificada a tese de singularidade da cultura policial frente a outros grupos ou à sociedade de um modo geral.

Num dos mais influentes esforços de contornar a reificação de noções prévias sobre a cultura policial, Skolnick (2006) apresenta três características do trabalho policial: risco, investidura de autoridade e funcionalidade. Nos termos de Skolnick, esses são os três termos pelos quais o trabalho policial concorre para balizar uma determinada visão de mundo dos profissionais de polícia, o que, segundo o autor, caracterizaria uma cultura profissional específica. Ainda segundo Skolnick, as três características apontadas estão longe de pertencer apenas ao trabalho policial. O que caracterizaria este último seria o fato de enfeixar as três em uma mesma atividade. O senso de autoridade, o sentimento de estar em uma atividade que implica riscos radicais e a imposição pública da eficiência são, simbolicamente falando, elementos que combinados dariam o tom da natureza do trabalho policial. Cabe salientar, que nessa perspectiva, o que está em questão são as representações de base sobre a natureza do trabalho policial. São elas que importaria analisar, uma vez que são as bases para as representações daí decorrentes.

Há, portanto, uma distinção relevante da abordagem de Skolnick em relação àquelas inventariadas por Westmarland. Skolnick mira nas implicações envolvidas no trabalho policial, nas características que marcam seu trabalho e que balizariam um certo modo de estar no mundo e de situar nele o trabalho policial. Nesse sentido, o foco de Skolnick é diferente também da maioria das pesquisas nesse campo, mais preocupadas em definir os valores mais gerais que seriam compartilhados pelos profissionais de polícia. Há em Skolnick, por outro lado, uma ambição compartilhada com importantes representantes do campo de estudos: a inclinação a considerar

que a despeito de especificidades locais ou nacionais, de variações segundo tarefas cumpridas e posições ocupadas em suas respectivas corporações, é possível especular sobre uma espécie de universalismo da cultura policial. Dito em outras palavras, seria possível estabelecer um conjunto básico de elementos que comporiam um perfil geral da profissão de polícia uma vez que os elementos apontados estariam presentes em qualquer espaço ou circunstância³.

Consideramos elucidativo, por outro lado, prestar atenção nos discursos em que profissionais de polícia abordam a natureza de seu trabalho e as questões nele implicadas. Longe de serem apenas peças retóricas assumidas para justificar certas práticas, os discursos podem ser entendidos como vias de acesso a valores e visões de mundo mais profundas e perenes que se reproduzem ao longo dos anos e às margens dos documentos e instrumentos formais.

Tomamos aqui os discursos como atos de fala, ou, mais especificamente, como performances dramáticas no sentido estabelecido por Manning (1977). Segundo o autor, assim como ocorre com outras profissões e atividades, o sentido, a natureza e o valor do trabalho policial são dados mediante uma construção de significados composta por diferentes estratégias de produção de sentido. Nelas, não somente as imagens de si são acionadas dramaticamente, mas, também, imagens sobre as imagens que outros segmentos da sociedade carregam sobre o profissional de polícia. Desse modo, rituais, procedimentos, marcas distintivas, vocabulários e, evidentemente, discursos, são investidos de uma carga dramática que estipula valor, lugar e significado a um determinado grupo. É desse ponto de vista que interpretamos as intervenções coletadas de policiais militares do Rio de Janeiro.

Mais do que orientar as práticas, os discursos sobre a natureza singular do trabalho policial e sobre seu lugar na sociedade mais abrangente têm

³ Sem entrar na espinhosa discussão apontada no final do parágrafo anterior, sugerimos, num escopo mais modesto, apontar alguns traços do que poderíamos entender como componentes constituintes da cultura policial no Rio de Janeiro. Consideramos que tais traços são suficientemente marcantes e longevos para serem tratados como tal. Por outro lado, julgamos que seu grau de generalização, ainda que plausível, estaria sujeito ao teste de outras análises empíricas com abordagens semelhantes àquelas aqui adotadas. Ainda assim, no entanto, supomos intuitivamente que a despeito de eventuais replicações empíricas, dificilmente os elementos aqui apontados seriam passíveis de universalização. A rigor, acreditamos que qualquer tentativa dessa natureza teria rendimento limitado e duvidoso.

o papel de conferir significado a essas mesmas práticas. Tais intervenções, portanto, tratam de dinâmicas de significação, em lugar de orientação de comportamentos. Seguimos, portanto, as sugestões de Waddington (1999), para quem aquilo que denominamos por subcultura policial não enfeixa necessariamente valores e visões de mundo que balizam a prática nas ruas, antes, lhe investem de significado.

Para nosso caso, a figura síntese, e surpreendente, do lugar do policial, extraída dos depoimentos colhidos, é a de vítima. Em nossa análise, o policial acaba elevado a esse lugar fundamentalmente em função do recorte de análise operado. Isso não significa que a vitimização que nele encontramos seja mero artifício. O que propomos é que a recorrência de certas figuras de abordagem mobilizadas por nossos informantes revelam essa dimensão de seu lugar e de seu trabalho na sociedade fluminense. Por recorrentes e longevas, propomos que elas passem a ser levadas em consideração em lugar de seguirem negligenciadas como meros artifícios cínicos e autocomplacentes, como têm sido encarados. Uma vez destacado, o lugar da vítima surpreende, sobretudo porque na literatura especializada no Brasil e em outras tantas partes a figura do policial costuma frequentar o papel de algoz.

A figura de vítima surpreende, mas seu destaque não causa interesse apenas pelo inusitado. Situando-se no lugar de vítimas, os profissionais de polícia evidenciam possivelmente alguns dos elementos que conferem inteligibilidade a certo padrão de interação com a sociedade pautado pela hostilidade, pela evitação e pelo medo. No lugar de vítimas, os policiais dão um novo sentido a uma percepção bastante difundida pela qual vivemos um arranjo em que o que prevalece na ação policial é o sentimento de estar imerso em uma guerra, sentimento típico da cultura militar que estrutura a corporação de que fazem parte nossos informantes. A diferença para as versões correntes é que o inimigo não está exclusivamente nas favelas, nos becos e nas bocas das grandes cidades, mas está disperso em todos e mais inusitados lugares.

Polícia no Rio de Janeiro: imagens e torções

O exercício da atividade policial, assim como o de qualquer outro ofício, é estruturado por nexos de sentido, resultantes das representações que esses trabalhadores portam sobre a atividade desenvolvida e das noções socialmente partilhadas sobre o que deveria ser – e aquilo que de fato é – o

trabalho policial. O que fazemos; qual o lugar que ocupamos na sociedade; qual a imagem que esta faz de nós e de nosso trabalho são questões que, com maior o menor relevância, articulam e são permanentemente acionadas na autoconstrução pública de diferentes tipos de profissão. Há um imbricamento entre o olhar do outro e a representação de si que tanto delimita como constitui a identidade policial e os padrões de subjetividade que dela derivam e a ela reconfiguram por meio de narrativas performáticas.

Uma dessas dimensões narrativas diz respeito às autoexplicações que os policiais elaboram para as suas condutas, seja legitimando ações ou justificando omissões. Nesses discursos, um mosaico de possibilidades justificadoras, lastreadas em uma espécie de moralidade da caserna, tende a ser acionado, variando sempre conforme os atores sociais envolvidos na trama e a repercussão social do fato.

De um modo geral, independentemente do motivo que tenha dado causa à intervenção reflexiva dos policiais, como no caso dos grupos focais, tais participações preservam uma base comum permanente, à suposta vitimização policial: “Deu defeito na saúde, estoura na polícia, deu defeito na economia, estoura na polícia. Tem greve é a polícia que vai lá atuar em todos os distúrbios.”, afinal, “(...) a polícia é o braço armado dos políticos”. Isto é, a polícia tende a ser acionada a partir do insucesso na prestação de outros serviços públicos, mas não cabe à instituição policial falhar. Ela tem o dever de garantir a ordem constituída: “(...) a polícia é um agente do governo para manter o Zé Povinho no seu lugar. Nós, PMs, somos os neocaçadores de ratos, nós atacamos o pobre, seja ele branco ou preto. Nós atacamos os pobres”.

As passagens extraídas das intervenções de policiais dão claramente a dimensão de responsabilidades e de expectativas que, segundo nossos participantes pesam sobre os ombros dos policiais. Quanto menos funcionarem as instâncias de interação e de ordenamento sociais, mais a polícia será acionada e maiores serão suas responsabilidades. Ao contrário dos demais serviços públicos, contudo, para a polícia não há a possibilidade do erro. No limite da disfuncionalidade generalizada, cabe a ela manter a ordem.

Do ponto de vista do policial militar, independentemente do cargo, não é uma particularidade do Estado brasileiro que a resolução dos distúrbios sociais seja atribuída à instituição policial. O que apontam como singular na experiência nacional é o grau de intervenção externa nas polícias: “Apesar de no exterior os governantes também usarem a polícia, aqui o poder é

maior de manipular a polícia (...) pode ver que os governos dão em cima da polícia. O bode expiatório é a polícia”. É possível que a noção de “bode expiatório”, por definição uma vítima inocente, não seja aquela que melhor expresse o sentimento de vitimização ostentado pelos policiais. Neste caso, talvez resida na figura do “cordeiro imolado”, aquele que é sacrificado em prol da coletividade, uma representação mais fidedigna da percepção nativa de vitimização. Afinal quando nada dá certo, a responsabilidade pesará sobre o elo final da cadeia que compõe os mecanismos de coerção social.

Nos depoimentos que coletamos, um dos principais consensos versava sobre um suposto rótulo social da atividade policial, no qual a mesma seria classificada pela sociedade como um “mal necessário”. Isto é, na sociedade brasileira a tolerância social para com as polícias não estaria sedimentada no reconhecimento de suas qualidades, mas em sua utilidade social na contenção de distúrbios e controle do crime. Em tal encadeamento lógico, mais do que mantenedores da paz as polícias são apresentadas como as guardiãs do caos:

"(...) porque hoje a forma da população protestar está sendo a baderna, o quebra-quebra, a desordem. O único órgão que atua maciçamente na repressão é a polícia e é o que a polícia se tornou, um órgão repressor. Um órgão repressor e não um órgão preventivo pra evitar o delito."

Constatamos então que as percepções de vitimização narradas pelos entrevistados estruturam o próprio exercício da atividade policial a partir da reação desses agentes aos espectros que os rondam. Mas quais seriam essas “entidades etéreas” que aparecem nas narrativas policiais como os algozes da tropa? Objetivando explorar esta questão, agrupamos por blocos temáticos os eixos explicativos que identificamos como mais recorrentes nos argumentos que constituem os discursos policiais.

A instituição policial, o militarismo e o superior hierárquico aparecem nesses depoimentos como os principais responsáveis institucionais pelo sofrimento da tropa, haja vista que possibilitam a exposição desnecessária do policial a riscos, assim como não lhe asseguram condições de trabalho dignas: “Nós todos somos heróis mal administrados. Temos tudo para sermos uma corporação maravilhosa em termos de salários, escala de serviços, alimentação, tudo... mas nós não temos nenhum direito, nada disso diz respeito à gente, Polícia Militar”.

A privação de direitos é um assunto recorrente em conversas com policiais sobre o tratamento que lhes é dado pela corporação. Tal privação é contrastada com as virtudes especiais de que a natureza de seu trabalho lhes investe. Para além daqueles benefícios comuns em outras atividades como o vale-transporte, auxílio alimentação e plano de saúde, por exemplo, os policiais se ressentem de não poderem usar o transporte público ou morar em determinadas regiões da cidade, haja vista que tais exposições hipertrofiariam os riscos a que estão submetidos. Entendem que o exercício da atividade policial interdita a utilização dos serviços públicos sem que ocorra com isso uma indenização institucional dos custos atribuídos ao cargo: “enquanto policiais, a própria corporação nos rouba o direito de ter o convívio com a família, de ter uma vida social adequada”. O descaso institucional teria na hierarquia militar uma agravante em particular, pois os superiores hierárquicos não prestariam solidariedade à tropa: “E eu quero falar também sobre os nossos comandantes, nossos coronéis, que também não nos apoiam”, tendo em vista a rígida demarcação de fronteiras entre oficiais e praças. Nesta perspectiva, a instituição policial, os superiores hierárquicos e o regulamento militar seriam os opressores natos dos policiais:

"Tem que ser feito um regulamento e um estatuto para que ampare o profissional de segurança pública. Nós não somos vistos como profissionais e não temos amparo legal como profissionais (...) não adianta falar que “ah, nós somos profissionais” (...) não nós somos profissionais militares. Nós somos militares que desempenham um serviço de segurança pública. Nós não somos vistos como profissionais e não adianta dizer que isso aqui é gestão empresarial porque isso aqui não tem nada de gestão empresarial, a menos que se mude muita coisa."

A gestão institucional é ruim, o regulamento militar inadequado, contudo o que parece mais incomodar os praças é o fato de serem responsabilizados pelos desvios noticiados pela mídia:

"E o maior erro que se pode cometer é achar que a corrupção começa pelo praças, porque o grande alavancador de tudo é o alto escalão. Quem não fizer parte do esquema é engolido; é um ciclo vicioso. Você vai trabalhar no GATE se você tiver um amigo que te indique, mas se dali você não tirar uma farpela pra mandar pra quem de direito você volta pro P.O., eles te transferem. Eu vou falar alto mesmo: essa polícia é podre!,afinal, (...) tem muitos oficiais, entende? Tudo puritano, mas toda a sexta-feira ele está te

cercando, eles ficam te cercando nos corredores e aí de você se não der."

O Estado, a política e as autoridades constituem uma segunda esfera supostamente opressiva dos trabalhadores policiais. Como no caso anterior, essas categorias também não se apresentam conceitualmente muito nítidas. Em tais passagens o Estado tanto pode ser uma referência à União como ao governo local, sendo ainda sinônimo do poder executivo e de seu gestor. Pode ser um governo específico, embora tenhamos razões para acreditar que nessa lógica discursiva cada governo não passa de uma repetição do mesmo, isto é, no caso da percepção policial o que se tem é sempre mais do mesmo.

No caso da política, poderíamos dizer que os policiais classificam aí os atos dos secretários de estado, em especial do secretário de segurança pública, e dos dirigentes das instituições policiais, haja vista que tais cargos costumam ser acessados pelo universo da política. Encontram-se neste mesmo campo semântico as propostas, projetos e políticas de segurança pública oriundas do legislativo ou de demandas iniciadas a partir da mobilização social (movimentos populares, sociedade civil organizada etc.). A polissemia do termo "autoridades" contemplaria todos os indivíduos que estivessem em relação de superioridade, do ponto de vista nativo, na interação com os policiais: políticos, membros dos legislativos, empresários, superiores hierárquicos, por exemplo, mas também pode valer para os integrantes das carreiras jurídicas, como os promotores, defensores e magistrados. Grosso modo, teríamos neste segundo nível de vitimização o agrupamento da tripartição republicana de poderes em uma sutil singularidade: estariam todos de alguma forma irmanados contra aos policiais. Neste caso, o estado, a política e as autoridades corresponderiam, respectivamente, aos poderes executivo, legislativo e judiciário, e, portanto, às esferas de intervenções externas na instituição policial cuja origem seria intrínseca ao próprio poder público constituído. De um modo geral, essas categorias são acionadas pelos policiais para questionarem aquilo que classificam como políticas de segurança pública inadequadas, a intervenção externa na instituição policial e o despreparo dos ocupantes de cargos em comissão, cuja nomeação resultaria da articulação dessas categorias: "A gente está totalmente envolvido com a política. Muda a política, muda os dirigentes da corporação, muda todo o sistema. Ao invés de trabalharmos conforme manda o regulamento, só atendemos os interesses de cada governante (...)".

É a partir desses pilares que os policiais explicam a “privatização” da atividade policial em favor de alguns segmentos sociais:

"No meu ponto de vista, a polícia se tornou hoje um órgão repressor das classes menos favorecidas. Porque você tem na Zona Sul uma polícia, na baixada outra polícia, na Zona Norte outra polícia. Dependendo da área que você esteja a polícia vai agir de forma diferente com a população. Então, no meu ponto de vista, ela hoje se tornou uma forma de opressão, vamos dizer assim, em cima dos menos favorecidos. Se tornou uma marionete do interesse de alguns poucos hoje no Estado."

O depoimento acima é um bom exemplo do ponto que tentamos explicitar. O policial admite a não uniformidade do trabalho da polícia pelo estado. Ela, a polícia, segundo seu relato, é “uma forma de opressão” de classe. Faz isso, contudo, por ser obrigada a responder aos interesses oficiais. Trata-se de uma marionete a reprimir as classes menos favorecidas, instrumento político antidemocrático não por vocação, mas pelas imposições e injunções externas de que é vítima.

Os entes coletivos abstratos, sociedade e comunidade, constituem uma terceira dimensão opressora dos agentes da lei. Apesar de haver aí certa proximidade conceitual, nos depoimentos dos nossos entrevistados, sobressaem bem os contornos que distinguem cada um desses campos. No primeiro caso, um dos principais papéis atribuídos à sociedade diz respeito ao controle externo do trabalho policial. A sociedade civil seria a principal destinatária da prestação do serviço policial, razão pela qual deveria supervisioná-lo. Caso ela se omita e não exerça efetivamente o controle da atividade policial, como seria o que de fato ocorre segundo sustentam os policiais militares do Rio de Janeiro, esta mesma sociedade não teria legitimidade para questionar a qualidade dos serviços prestados. Em tais inferências, os policiais aparecem como vítimas da falta de monitoramento e controle de suas atribuições pela sociedade:

"O papel da sociedade é fundamental no controle do policiamento e também ela faria o controle externo, porque acho que você tá falando em termos de desvio de conduta, então ela também faria um papel de fiscalização nessa condição aí. “Pô irmão aquele policial assim tá pegando dinheiro não sei daonde”, mas não uma sociedade falsa que só critica quando o policial está fazendo alguma coisa errada ou quando atinge ela."

A passagem é elucidativa e um tanto desconcertante por diversas razões. São sabidas as resistências encontradas no interior da Polícia Militar do Rio de Janeiro (e, de resto, a todas as polícias do país) à institucionalização de qualquer instrumento de controle externo. Normalmente ele é encarado como ameaça à instituição, à qualidade de seu trabalho e à sua reputação, uma vez que os defensores desse recurso seriam, em tese, detratores da polícia. Vale salientar, contudo, que tais posições são defendidas publicamente por oficiais e membros da corporação que guardam a prerrogativa de falar por ela. No presente caso, estamos lidando com praças e suboficiais que, aparentemente, invertem os termos. Aqui o controle externo aparece como mecanismo de proteção da polícia e forma de garantir sua idoneidade por aquela a quem a polícia deveria servir, a sociedade. Contudo, nova torção argumentativa, uma vez não cumprindo tal papel, essa mesma sociedade estaria abdicando de proferir qualquer espécie de juízo sobre o trabalho policial e sua qualidade. Mais importante ainda, nessa nova e surpreendente perspectiva, o desvio do agente policial seria funcional à sociedade, que se beneficiaria de sua própria negligência fiscalizadora:

"Acaba que nós ficamos isolados e quando acontece um problema na rua o policial é julgado, é julgado com todos os rigores da lei. Mas quando é pra dar um apoio àquele policial, quando é pra valorizar aquele policial, ele não é valorizado da mesma forma com que ele é julgado quando ele comete um erro. Então na polícia do Rio de Janeiro a responsabilidade que te dão é imensa, mas a valorização é quase nenhuma, tanto pelas autoridades quanto pela sociedade. A sociedade é muito hipócrita e ocorre muita demagogia, pois da mesma forma que ela nos cobra, ela comete diversos delitos e diversas coisas que induzem a polícia a ela ser uma polícia fraca, uma polícia desgastada, porque a sociedade está doente, mais do que a polícia."

Ao fim de tudo, as percepções que estruturam as narrativas policiais induzem a conclusão de que a "sociedade tem a polícia que merece", isto é:

"Com relação à polícia e sociedade tem aquele ditado que a gente ouviu muito que a polícia é o espelho da sociedade. Eu acho que realmente é isso aí mesmo. Se a polícia é assim, ela não saiu de Marte nem de Plutão, saiu da sociedade. A polícia não é moldada, são de famílias da sociedade."

Por outro lado, em campo semântico próximo, situa-se a comunidade, entendida nessas intervenções como o local de residência do policial, sua

vizinhança. Neste caso, as narrativas de vitimização policial dão conta de uma crença que seria partilhada tanto pelos vizinhos como pelos indivíduos que frequentam os mesmos locais que os agentes da lei. Inicialmente, esses relatos abordam a impossibilidade de ascensão social do policial honesto para, em seguida, apontar a cumplicidade dos conhecidos dos policiais com tais práticas. Versam, por fim, sobre a existência de redes de desvio cujo princípio estruturante seria a premissa de que o agente policial é sempre, por força da atividade que desenvolve, um desviante. Os desvios seriam condutas inatas à condição policial, sendo um resultado imediato da assunção do cargo: “(...) o cara é seu vizinho e tu faz concurso pra polícia. Você passa e já não é mais vizinho, é polícia. Sabendo disso ele se junta a você pra tentar tirar algum proveito”.

Neste contexto explicativo, o sujeito civil não é mais reconhecido socialmente em razão de suas características particulares, mas a partir da identidade profissional: “Ninguém fala assim ele é o “fulano”, mas sim “ele é o policial” (...) tem sempre um adjetivo e geralmente um adjetivo ruim que você carrega e que pesa...”. Por outro lado, há também na vizinhança aqueles indivíduos cujas origens sociais são idênticas à do policial, mas que aderiram ao mundo do crime. Esta constatação coloca um dilema ao policial, pois em folga terá de estar atento aos riscos inerentes ao cargo que ocupa: “De farda todo mundo nos conhece e sem farda o vagabundo nos reconhece pela maneira de olhar, falar, de se vestir, ele reconhece. Ele vai ficar filmando o cara até ele poder dar o bote”.

Complementando tal quadro, os policiais apontam o estigma que ostentam como o motivo pelo qual a vitimização deles não causaria comoção social, além de levá-los também a desconfiar da instituição a que pertencem e de seus pares: “Nós somos fantoches nas mãos dos políticos, nas mãos desses oficiais que só veem o lado deles. Marionetes... marionetes. Eu não tenho nada de bom para falar da polícia”. Ora, se nem os próprios policiais confiam na polícia, quem vai velar esses corpos?

“É uma situação complicada... a gente bota a farda, mas está ao Deus dará, está por você mesmo. Morreu? Foda-se, bota outro, é um número. Eu acho que não. Pô, se morreu policial militar em favela tal, faz uma megaoperação até pegar. Mas não, sai no jornal, na favela tal, tal, tal, e pronto. É estatística.”

Em síntese, poderíamos dizer que, na percepção policial, tanto a sociedade como a comunidade conceberiam a atividade policial como uma atividade

marginal, constituída por homens cuja representação social é eivada de estigmas: são ladrões, assassinos, torturadores, corruptos, mas que podem ser necessários. Ou seja, a aceitação da atividade policial derivaria mais da possibilidade de se ter de contar esse auxílio em momentos de exceção do que de uma legitimidade a priori, diferentemente de outros afazeres nos quais as demandas sociais se encontrariam depositadas nos próprios serviços em si.

A mídia constituiria, isoladamente, uma categoria opressora à parte tal a responsabilidade que lhe é atribuída pela imagem negativa que os policiais carregam. Há ao menos três dimensões distintas de possibilidades de atuação da mídia na difusão social de representações negativas sobre os policiais: a) selecionando as matérias que publica de modo a priorizar as notícias negativas em detrimento da “realidade” - na percepção policial, a única expressão imparcial do vivido é aquela que descreve os fatos em consonância como eles são entendidos pela tropa. No entanto, neste caso, a mídia não agiria sozinha e sim em cumplicidade com os próprios dirigentes das instituições policiais: “o descaso com a imagem da polícia parte do nosso próprio comando e eu acho que nós somos colocados muito num nível de comprovar algo que se está fazendo, quando nós deveríamos ser colocados na mídia sendo alvos de coisas boas”; b) agindo em parceria com o governo, em troca de verbas, na divulgação de fatos que culpabilizam as instituições policiais e os seus agentes por questões que ultrapassam a missão policial; c) não publicizando nem dando ênfase aos casos de vitimização policial ao contrário do que faz nos casos de execução extrajudicial;

"Enterrei mais de trinta companheiros. Só no 16º Batalhão, fui a mais de trinta funerais, enterrei companheiros com vinte e poucos anos, com trinta e poucos anos, companheiros reformados. Vi chorarem famílias, filhos, netos, esposas, noivas e isso faz parte da gente e a gente não esquece não (...) Eu não consigo admitir os comentários maldosos e as reportagens maldosas contra a corporação. "

Para além desses eixos mencionados, que agrupariam as categorias centrais constituintes das percepções policiais sobre o suposto processo de vitimização ao qual se encontram expostos os policiais militares que atuam na cidade do Rio de Janeiro, aparece ainda, com grande ênfase, o despreparo policial. Este eixo argumentativo é constituído por duas dimensões distintas, porém, complementares, do exercício da atividade policial: a formação e a prática policial. No primeiro caso, as críticas direcionadas ao processo de

formação profissional tendem a associar a baixa qualidade da capacitação recebida à incapacidade dos policiais prestarem um serviço adequado às necessidades da população:

"Nós tivemos instrução e tiro. Nós demos um tiro de MT 12... um. E o instrutor deu uma porrada. Nós demos um tiro... um! Essa foi a nossa formação. E a população quer que você saia dali pronto para resolver todos os problemas que eles têm" e "Eu posso começar dizendo que a formação durou seis meses, eu atirei uma vez com um revólver 38 adaptado para 22. Depois desses seis meses me jogaram na rua, essa foi a formação que a polícia me deu."

Mas, se a formação é incompleta e enviesada, as políticas de segurança pública implementadas na cidade também o são. Os policiais se pensam como profissionais que estão em desvio de função: "porque nós não fazemos policiamento, nós fazemos guerra". Salientam que a guerra é o local de trabalho do soldado e não do policial, razão pela qual os excessos policiais deveriam ser creditados à guerra contra o crime e não aos indivíduos que a executam. Nesta perspectiva, os policiais são meros agentes a serviço do Estado e da manutenção da ordem, sendo, portanto, vítimas potenciais de políticas públicas desastrosas:

"Numa situação de guerra as possibilidades de gentileza e de morrer inocentes é certa... é porque eles ainda não colocaram na cabeça que é guerra, é uma situação de guerra, diferente de uma situação de patrulhamento e de enfrentamento. É diferente, é guerra!"

No entanto, pior do que a política de enfrentamento nas favelas, aparece, na percepção policial, a possibilidade utópica de se instituir uma forma de policiamento de proximidade nos morros da cidade, o que teria custos emocionais para os policiais tendo em vista que eles seriam lotados em regiões nas quais moram pessoas que nem sequer "foram socializadas" e que portanto têm hábitos singulares em relação aos demais habitantes da cidade:

"Pô, lá [na favela] nem sociedade é cara, e nós não estamos falando com discriminação. Não estou falando que eles não têm que ter discriminação. Não é isso. Mas não dessa forma, assim não resolve. Isso aí é só humilhar e esculachar o policial. O policial que está lá não se sente policial, ele se sente um nada."

Diante desse quadro dramático que descrevemos a partir das narrativas dos policiais, em que os riscos, dissabores e frustrações definem o tom dos relatos que cercam as representações nativas sobre o exercício da atividade policial, questionamos as motivações pelas quais esses indivíduos não buscavam outras atividades profissionais: “Porque ser policial, por exemplo, no meu caso, é devido à falta de opção do mercado de trabalho”. Embora o desemprego e a estabilidade fossem respostas recorrentes para essa questão, a vocação apareceu como categoria fundamental na elaboração da argumentação sobre a resistência do policial ao descaso institucional e social: “Porque na realidade assim, ser policial é vocação, não emprego. Muita gente às vezes entra por emprego, quando bate a real vê que não é nada daquilo. Só tem que ter vocação.” Notamos, então, que o desemprego e a vocação são chaves explicativas que fundamentam para os próprios policiais as razões que os levaram ao exercício da atividade policial. Entretanto, em um segundo nível explicativo, nem o desemprego nem a vocação seriam capazes de justificar o motivo pelo qual eles se mantêm no exercício dessa atividade estigmatizada e que, portanto, impossibilita tanto o reconhecimento como o autorreconhecimento. É neste momento que outros elementos simbólicos são acionados discursivamente: “A maioria de nós tivemos um policial na família e temos sangue policial”. Voltamos aqui ao cordeiro imolado, aquele que ritualmente verteu sangue pelo bem da coletividade: “É um amor muito grande pela sociedade e dá a vida por ela, mas ela não está nem aí pra nós”. Isto é, nesta percepção, o policial oferta-se em sacrifício pela sociedade: “a sociedade está doente mais do que a polícia”. Ou seja, a razão pela qual o policial se imola é o bem estar social: “A gente vê o crime crescendo cada vez mais, colegas morrendo todos os dias e continua na luta. É gostar de ser e viver o dia a dia tentando melhorar. Nossa visão é ajudar da maneira que a gente pode”. Mas por que tem de ser justamente os policiais aqueles devem se doar pela sociedade? “Então o PM é um herói. Eu decidi ser policial militar, é isso que eu sei fazer e eu vou fazer bem feito, porque se eu não fizer não vai ter ninguém pra fazer”.

Agressores, heróis e vítimas

Muito provavelmente intervenções como as destacadas na seção anterior são bastante familiares àqueles que, através de entrevistas, trabalhos de campo ou observação participante, já travaram contato com policiais militares no Rio de

Janeiro. Os discursos coletados são perenes e circulam há anos com pequenas alterações. É comum escutar dos policiais a percepção de que no exercício de sua profissão não passam de joguetes servindo a interesses políticos na maior parte das vezes espúrios. Também se queixam por serem mal compreendidos pela sociedade, imputando aos meios de comunicação a responsabilidade pela imagem negativa que julgam gozar sendo, segundo eles próprios, injustamente identificados como corruptos truculentos e ameaçadores. Da própria sociedade em geral reclamam por serem discriminados em função de fazerem exatamente aquilo que deles se espera: tratar do “lixo social” com a mão dura da força e lidar com as camadas médias e altas de modo flexível o bastante para que pequenas transgressões à lei sejam tratadas brandamente.

Tais posições são expressas repetidamente, ainda que apresentem ligeiras variações. Entre oficiais, o sentimento de desprezo e discriminação é bem menos frequente do que entre praças. As queixas associadas a um verdadeiro horror à política e aos políticos de maneira geral aparecem indistintamente nos dois segmentos, assim como a mordacidade combinada à amargura sugerida na surrada sentença segundo a qual a polícia é o espelho da sociedade e que ela, a polícia, funciona do modo como as elites desejam. O horror à mídia é quase tão intenso quanto aquele nutrido contra a política. A relação com a própria corporação, no entanto, é distinta e revela um componente central da estrutura da Polícia Militar.

Juras de amor eterno, devoção incondicional e pertencimento filial alternam-se com expressões de desgosto, consternação e ressentimento. Mais “ponderados”, oficiais costumam apontar os incontáveis nós que tornam a instituição pesada, pouco efetiva e bastante dispendiosa. Arelados aos diagnósticos, os remédios oscilam entre choques de gestão e decisões políticas. É entre os praças, contudo, que a relação com a corporação é mais intensamente descrita. A despeito da devoção, do amor à farda e do senso de companheirismo, declarados insistentemente, praças e suboficiais são vistos, segundo seus próprios relatos, como números, figuras sem identidade e valor. Representam para a corporação o que esta significa para a política: instrumentos descartáveis, cujo uso obedece a interesses erráticos sem conexão com o bem público ou qualquer outra coisa que o valha.

O relato de tais impressões é familiar a qualquer pesquisador que se tenha aproximado da polícia fluminense. Dificilmente um profissional da corporação não identificará a si próprio ou seus companheiros em algumas quando não em todas essas percepções. A maior parte dos policiais pode facilmente se reconhecer como autor dessas sentenças. Faz parte do que

poderíamos chamar de repertório simbólico básico da Polícia Militar fluminense uma espécie de cultura da vitimização pela qual os profissionais de polícia operam uma inversão. Normalmente identificados como sujeitos de ações violentas contra vítimas estigmatizadas em função de classe social, cor, local de moradia ou opção sexual, através da performance em apreço os policiais salientam a violência simbólica de que são objeto, o que lhes causaria danos de diversas ordens.

A princípio, os elementos de tal performance retórica podem parecer meros mecanismos justificadores para dar conta de eventuais críticas e reparos à instituição policial e a seu desempenho. De fato elas funcionam nesse sentido em larga medida. Reduzi-las a esse aspecto, no entanto, talvez represente ignorar alguns dos mecanismos discursivos que estruturam decisivamente a imagem da instituição por seus membros, bem como a imagem pública que eles julgam possuir. Tais percepções têm evidentes desdobramentos para o funcionamento efetivo da polícia e para a cultura corporativa que nela vige. Queremos com isso dizer que nesse conjunto de sentenças, que não chegam a compor uma dezena de argumentos sobre a polícia, temos muito mais a explorar do que apenas a expressão repetida de sentimentos difusos como autodefesa, ressentimento ou má compreensão. É possível que mesmo em sua superfície quase singela, tão aparentemente desprovida de verticalidade acerca dos mecanismos que sustentam e orientam o trabalho policial e a imagem pública de seus profissionais, estejam postos os elementos basilares da construção de uma performance que inverte papéis mais ou menos consagrados de um dos aspectos da violência no Rio de Janeiro: a divisão entre vítima e agressor.

Uma parte expressiva da ainda incipiente literatura sobre polícia no Rio de Janeiro tem dado destaque aos mecanismos internos pelos quais os policiais constroem sua imagem e são socializados em sua cultura institucional (MUNIZ, 1999; PONCIONI & BRETAS, 1999; MINAYO, SOUZA & CONSTANTINO, 2008). Elas enfatizam aspectos como o imperativo do cumprimento de determinadas missões e vocações que seriam próprias e exclusivas da Polícia Militar. Proteger a sociedade e combater o crime são dois termos que sintetizariam bem e sem maiores dissensos entre os estudiosos a missão tal como entendida por seus agentes. Para tanto, a socialização na Polícia Militar desenvolveria um sentimento de corpo pautado por valores como heroísmo, abnegação, devoção, intrepidez e algumas outras virtudes essenciais para, do ponto de vista dos policiais, o devido cumprimento de suas atribuições.

Arelada aos valores anteriormente apontados, a própria profissão seria caracterizada como uma atividade de alto risco, repleta de imponderáveis, e absorvente a ponto de exigir do profissional de polícia uma prontidão permanente. Daí a importância tão grande dos rituais de iniciação, das cerimônias, das distinções e inumeráveis liturgias formais e informais que orientam a trajetória do policial. Por tais processos o policial se tornaria gradativamente mais familiarizado com um modo único de estar no mundo e inserido no corpo social.

A imagem construída internamente, no entanto, é sistematicamente interpelada por discursos variados que se articulam nos meios de comunicação e nas análises empíricas dando conta do caráter discricionário, violento e vazado por práticas de corrupção por parte da polícia. Tais abordagens apontam os seguidos casos de execução ocorridos em operações policiais, as repetidas denúncias de participação de membros da corporação em atividades criminosas como as milícias, o jogo do bicho e o achaque a traficantes, como indícios da cultura institucional que prepondera na polícia militar. Ciente da imagem pública construída a partir dessas abordagens, os policiais estruturam um discurso que, de certa forma, baliza os mecanismos formadores de sua autoimagem profissional. Ela se dá a partir de três tensionamentos fundamentais à luz dos quais o conjunto de depoimentos apresentados são mais bem ordenados e compreendidos no que poderíamos chamar de um conjunto retórico performático que angula as imagens de si construídas pelos policiais.

O primeiro tensionamento reside em questões que poderíamos chamar de estritamente internas à corporação. Como é sabido, existe um entendimento largamente difundido segundo o qual caberia à polícia basicamente combater o crime, evitar que ele aconteça e caçar criminosos. Tal percepção é farta e internacionalmente difundida a despeito de décadas de trabalho empírico que desmentem ser estas as principais tarefas cumpridas por profissionais de polícia em suas atividades diárias. A despeito disso, seja entre jovens e antigos profissionais, seja entre gestores e na opinião pública de um modo geral, esse seria o principal papel da polícia: combater o crime e velar para que sua incidência se reduza significativamente.

Sem entrar na discussão já repetidamente travada sobre o caráter ilusório de tais expectativas e as consequências para sua reprodução dentro e fora das corporações policiais, é interessante notar como os policiais militares do Rio de Janeiro lidam em larga medida com tal expectativa e seu confronto com o quadro da criminalidade. Desse confronto a polícia estaria em clara

desvantagem revelando-se absolutamente inócua para reduzir a alta incidência de diferentes modalidades de crimes contra a pessoa e contra o patrimônio. A desvantagem decorre em grande medida das péssimas condições que a corporação, referida como uma entidade quase personalizada, oferece a seus membros. Nesse caso, os obstáculos mais próximos são os superiores hierárquicos, os comandantes, sempre distantes da tropa e orientados por interesses extraprofissionais os principais responsáveis pelas mazelas da tropa. Imbuídos de motivações políticas e inconfessáveis os comandos fazem da tropa meros joguetes.

Aquilo que poderia ser abordado de um ponto de vista estritamente técnico ganha, então, uma dimensão política, segunda esfera de nossa discussão. Para grande parte dos policiais por nós ouvidos, a polícia funciona muito bem tendo em vista as reais expectativas das elites políticas. Para estas últimas é do maior interesse que a ação da polícia se dê até determinados limites e incida sobre determinados setores sociais exatamente da maneira em que as coisas se dão. Temos, então, uma verdadeira aversão à política e seria ela o termômetro a dar o tom do trabalho policial. A violência nas incursões nas favelas, por exemplo, jamais é negada. Ela obedece a uma lógica pela qual cabe à polícia fazer exatamente o que faz: dar concretude empírica à mão forte do controle das camadas baixas da sociedade. Ou, numa versão um pouco mais crua, tratar incivilizadamente aqueles que, pelo interesse das classes dominantes, são incivilizados.

Na aversão à política e aos políticos os policiais reiteram a enorme capacidade de superação de obstáculos uma vez que o interesse é de que a efetividade policial se dê apenas até um determinado ponto. Isso quer dizer que o que se tem na alegada guerra contra o crime não é propriamente uma derrota da lei por seus transgressores mas o cumprimento da primeira até a fronteira do que é politicamente desejável. Chegar a esse resultado, porém, não é tarefa fácil. Para impedir que a competência policial extrapole em seus resultados positivos é preciso quebrar os valores que empurram os profissionais de polícia para o cumprimento incondicional de seus desígnios. Tal operação se dá exatamente pela desqualificação não apenas da instituição como um todo, mas de cada um de seus membros tomados isoladamente.

Daí o policial nutrir uma aberta hostilidade não somente contra políticos, mas contra o próprio Estado que, assim como a corporação, aparece em seus discursos como uma entidade dotada de identidade, de inteligência, de objetivos e de recursos estratégicos. O policial é, nesse cenário, uma espécie de pária do serviço público. Seu trabalho implica lidar com o que

há de pior na sociedade. Ele lida em seu cotidiano com toda a sorte de misérias e degradações, mas, além disso, ele próprio é objeto do opróbio e do amesquinamento pelo Estado.

Temos, assim, uma primeira versão da vitimização do policial militar. Trata-se de uma vitimização para dentro, porque ela é operada no interior do universo institucional de que faz parte e do Estado a que é funcionalmente vinculado. Universo de que ele participa condenado a ver cerceadas as qualidades de que é investido e que circulam nos quartéis e nas ruas graças à cumplicidade de seus camaradas.

Do ponto de vista de seu lugar no aparato estatal, portanto, o policial militar é vítima do amesquinamento de suas funções e do mau uso de sua dedicação. Sua vocação é malbaratada pelos ardis da política e manipulações das elites. Torna-se um número, como tantos gostam de frisar, por não serem reconhecidos como sujeitos de direitos e de qualidades profissionais dotadas de alta relevância pública. São, também, obrigados a lidar com os desdobramentos de tal abandono para fora das fronteiras do Estado e lidar com a hostilidade e o desprezo social.

A primeira tensão em que os profissionais de polícia do Rio de Janeiro invertem as imagens construídas, trocando o papel de perpetradores para o de vítimas da violência se dá em suas interpelações para o interior da própria corporação. A segunda esfera diz respeito às maquinações políticas e a seu lugar no aparato estatal. A terceira se dá nas relações semânticas que estabelecem com as imagens construídas externamente, leia-se, pelo que entendem, de modo difuso, ser a sociedade como um todo e a comunidade de que fazem parte de um modo peculiar exatamente por sua inscrição profissional.

Como já foi destacado, os relatos de policiais sobre si próprios e seus camaradas revelam a figura do profissional cioso, devotado e altruísta que abraça a profissão como uma espécie de apostolado. Tal imagem, no entanto, se opõe ao personagem que participa do cenário público mais como um perturbador e violador da ordem do que propriamente como aquele que a promove. É evidente que as imagens positivas postas em circulação pelos profissionais de polícia são uma forma de interpelação das construções negativas que eles, não sem razão, supõem gozar junto a amplos setores da população. É importante, então, observar a natureza dos elementos dessa espécie de contra discurso.

Se nos dois primeiros tensionamentos anteriormente destacados as questões abordadas são relativas ao desempenho profissional e ao que

dele se esperar, nesse terceiro, atributos como abnegação, pertencimento, entrega em relação à corporação como um todo e a seus companheiros de farda revelam um caráter bastante diverso. Trata-se de elementos afetivos, que conferem positividade a uma espécie de comunidade moral em que se transforma a Polícia Militar do Rio de Janeiro. Eles confrontam, por sua vez, abordagens diferenciadas, mas igualmente negativas sobre a polícia.

Para esse pacote de percepções, contra as quais se erige o discurso de vitimização policial, são mais proeminentes as marcas relativas ao abuso de autoridade, à violação dos preceitos do Estado de direito, ao uso abusivo e desproporcional da força e à corrupção. Nesse caso, o antagonista preferencial é a mídia e os profissionais de jornalismo. Seria ela, a mídia, a principal responsável pelo que os policiais consideram a péssima imagem de que gozam junto à sociedade como um todo. Segundo os policiais, a polícia é a principal, quando não a única, agência do Estado a travar contato direto com a população. É ela que está nas ruas, provendo os cidadãos de serviços que extrapolariam, inclusive, as atribuições da polícia. É a eles, policiais, consequentemente, que esses mesmos cidadãos recorrem quando se veem em dificuldades ou necessitando de algo. Contudo, a despeito disso tudo, a polícia, segundo seus profissionais, é simultaneamente encarada como um tipo de força do mal, objeto de temor e desconfiança.

É importante ter em mente que, nesse aspecto específico, as descrições repetidamente apresentadas pelos policiais não são consistentes apenas enquanto representações que engendram outras representações e orientam condutas. Eles, os policiais, de fato são demandados para uma série de intervenções que muito dificilmente seriam encaradas como próprias de uma instância definida pela possibilidade do uso autorizado da força. Uma vez na rua, o policial pode atuar como mediador de conflitos, parteiro, articulador para o contato com outras instâncias públicas, etc. É interessante observar o contraste que os policiais operam entre esse tipo de relação e demanda e as representações sociais de que julgam ser objeto. Embora tão acionados para serviços que encaram como estranhos as suas funções e mais próximos à assistência social, são, ainda assim, objetos de temor e de evitação, “quando tudo está caminhando bem”. Além disso, e a despeito das críticas de que são alvo, frequentemente se vêem instados a agir em detrimento da lei, mediante ofertas e propostas pouco decorosas por parte de estranhos vizinhos e conhecidos. Identificam nesse imbróglia um mecanismo de indução que tem como suposto a corruptibilidade do policial.

O vocalizador e principal articulador das representações negativas sobre os policiais é, segundo eles próprios, a mídia em sua insistente ênfase nos aspectos negativos da atuação da polícia. Nesse tensionamento o que chama atenção, contudo, é o modo como tais profissionais lidam com os atributos e as práticas que a eles são imputadas.

É bastante raro encontrar um policial que não assuma abertamente que a polícia faz uso da força de maneira excessiva e ilegal, que as práticas de achaque são institucionalizadas e atravessam todas as esferas funcionando quase como uma instituição extralegal na rotina dos batalhões ou que uma série de preconceitos são orientadores da conduta dos policiais. O que chama atenção é que tais traços não parecem ser dignos de nota. Eles são tão irrelevantes (e evidentes) que não cabe sequer contestá-los. Não estão neles, contudo, os problemas urgentes a serem abordados. O problema é a magnitude a eles atribuída, os ecos desproporcionados que ganham quando um episódio é apurado.

Também nesses casos, os policiais se revelam vítimas por agirem do modo que lhes cabe agir e, mais importante, como se espera que ajam. Afinal, há uma lógica que perpassa e confere sentido a tais condutas, mas, o que é realmente importante, tais procedimentos não são nada se confrontados com o trabalho que fazem e a devoção com que a ele se aplicam. A polícia, segundo tais relatos, funciona conforme as expectativas sociais e espelha os códigos morais que vigoram na sociedade como um todo. Sua investidura não lhe permite ser exceção, mas cuidar para a perpetuação da regra que impõe aos abnegados profissionais condutas difundidas na sociedade como um todo.

Temos assim, uma dupla vitimização dos profissionais de polícia em cada uma das esferas de relação por eles travadas. Para dentro da corporação, sua efetividade vai até os limites do que é desejável, sendo as motivações de natureza emocional que levaram tantos deles à carreira emasculada pelos cálculos e interesses escusos da polícia, entendida como uma entidade geral e representada empiricamente pelos oficiais. Na cultura institucional o sujeito singular que escolhe a vida de abnegação é reduzido a um simples número, no dizer dos próprios policiais. Em suas relações com a política, impostas igualmente pelos superiores hierárquicos movidos por interesses pessoais, os policiais encarnam a figura do “lixeiro” da sociedade, cumprindo seu papel com a brutalidade que deles se espera. Finalmente, em sua relação com a sociedade mais abrangente e a própria comunidade em que esteve inserido até o momento de se tornar policial, é tornado um pária cujos supostos vícios

podem ser funcionais para prover favores esporádicos para os mais próximos ou para aqueles com quem o exercício da profissão impõe contato.

A síntese dessas três esferas é no mínimo curiosa. A despeito da devoção com que extrapolam suas próprias atribuições e, como que num autoflagelo, se submetem até mesmo ao paroxismo das práticas ilegais, que ao fim e ao cabo a sociedade impõe a eles, os profissionais de polícia acabam, justamente por fazer o que deles se espera, se tornando objeto do opróbrio público. É esse o lugar em que são colocados graças à ampliação das dinâmicas de cada uma dessas tensões orquestrada pela mídia e irracionalmente encampada pela sociedade de maneira geral. Vítimas do poder que o sistema lhes confere e dos papéis que lhes são atribuídos, os policiais assumem tacitamente a pertinência de cada uma das sentenças que pesa sobre eles.

Após a primeira impressão pela qual tais alegações soam como simples dispositivos retóricos de autoconsolo ou de justificativas, percebemos que tais estruturas discursivas operam performaticamente a construção de uma representação sólida e eficaz no interior da corporação, funcionando como um filtro que envia a recepção das intervenções externas à instituição modelando grande parte dos diálogos que se tem visado travar sobre a polícia do Rio de Janeiro. Temos, assim, alguns dos traços dominantes do que poderíamos, de maneira geral, chamar de uma espécie de cultura da caserna. Um conjunto de componentes discursivos que circulam na tropa, colocando-a em um lugar diferente dos superiores hierárquicos, das elites políticas e da sociedade como um todo. Mais importante: colocando-a, a tropa, em posição de confronto e vitimização frente a cada um desses segmentos. Não espanta que a gramática das relações aí estabelecidas seja ordenada sob o tom de hostilidades recíprocas.

Considerações finais

Em estudo sobre as políticas de segurança e a polícia no Brasil, Saporì (2007) menciona os esforços envidados em diversos estados para aproximar as polícias civis e militares da população a quem elas deveriam servir. Menciona, igualmente, as dificuldades e resistências encontradas em todas as partes envolvidas para a celebração de tais aproximações, acrescentando que somente superadas as históricas suspeições mútuas, que opõem as polícias de um lado e a sociedade civil do outro, será possível enquadrar a segurança no formato próprio aos padrões das modernas sociedades liberais. Não está

fora de questão que um formato de polícia “parceiro da sociedade”, tal como seria o modelo almejado, talvez seja realmente ineficaz. De qualquer modo, não seria o espaço de um artigo o lugar ideal para essa discussão. O que podemos pensar presentemente é o modo como tais resistências se mantêm e se reproduzem. Elas não são o resultado de uma força inexorável da natureza dos atores envolvidos. Longe disso, elas são reproduzidas direta e indiretamente por mecanismos em que papéis são tecidos através de diferentes mecanismos e com sinais que variam segundo circunstâncias tópicas.

Em resposta a ambições reformistas ou analíticas, o que temos, hoje, é um potencial programa de pesquisa que reconheça a possibilidade de desnaturalizar papéis, discursos e lugares reiteradamente afirmados ao longo de décadas. Foi o que tentamos fazer aqui, ao explicitar que na cultura informal da caserna o policial que achaca, mata ou escarnece pode considerar que está, simultaneamente, cumprindo um desígnio do qual ele próprio, a despeito de gostar ou não do que faz, é simultaneamente vítima por um arranjo que o ultrapassa. Como resultado, temos um segmento profissional armado, literal e simbolicamente. Amarga ironia, por anos o Rio de Janeiro foi definido como um espaço de guerra entre a sociedade formal, representada militarmente pela polícia, e o crime organizado. Num momento em que essa péssima metáfora parece finalmente aposentada, identificamos pistas que sugerem que uma espécie de confronto simbólico, com gravíssimas consequências práticas, talvez envolva outro arranjo dos atores. Nele a polícia se veria acoçada não pelos “marginais” ou “traficantes”, como se convencionou alegar, mas por seus superiores hierárquicos, as elites políticas e por uma difusamente definida sociedade civil. Com tal percepção, os vínculos endógenos se estreitam na proporção direta do aumento de uma clara hostilidade ao universo externo. As motivações para a rejeição a mudanças e a disposição para o confronto se acentuam, retroalimentando uma lógica refratária às necessárias reformas da instituição policial fluminense.

Referências

- MANNING, Peter
(1977) *Police work. The social organization of policing*. Illinois: Waveland Press.
- MUNIZ, Jacqueline
(1999) *Ser policial é sobretudo uma razão de ser*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Iuperj.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza, SOUZA, Edinilsa Ramos & CONSTANTINO, Patrícia, (Coord.)
(2008) *Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- PONCIONI, Paula & BRETAS, Marcos
(1999) "A cultura policial e o policial civil carioca". In: PANDOLFI, Dulce *et al.* (Org.). *Cidadania, justiça e violência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. p.219-234.
- REINER, Robert
(2000) *The politics of policing*. Oxford, Oxford University Press.
- SAPORI, LuísFlávio
(2007) *Segurança pública no Brasil. Desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- SKOLNICK, Jerome
(2006) "A sketch of the policeman's 'working personality'". In. NEWBURN, Tim (Ed.). *Policing. Key readings*, Portland: WILLAN Publishing, p. 264 - 279.
- WESTMARLAND, Louise
(2008) "Police cultures". In. NEWBURN, Tim (Ed.) *Handbook of policing*. Portland: WILLAN Publishing, p. 253 -280.
- WADDINGTON, P.A.J.
(1999) "Police (canteen) sub-culture: an appreciation". *British Journal of Criminology*, v. 39, n. 2, p. 287-309.

Recebido em
novembro de 2013

Aprovado em
dezembro de 2013